

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

A GESTÃO URBANA E REGIONAL E AS ÁREAS DE INTERFACE PERIURBANA

Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado (UFRJ)

## **A Gestão Urbana e Regional e as Áreas de Interface Periurbana**

### **Resumo**

O presente artigo busca contribuir para a discussão sobre a Gestão Urbana e Regional no Brasil, hoje, chamando o foco da atenção para as inadequações das suas práticas e modelos mais comuns em relação às Áreas de Interface Periurbana (AIP), discutindo as conseqüentes implicações dessas inadequações para as diversas formas em que esse fenômeno se materializa em nosso país. O recente e crescente interesse no estudo das AIP que se verifica em todo o mundo na última década, mostra que o rural e o urbano não são entidades separadas, mas que, ao contrário, há muitas, complexas e fluidas inter-relações entre essas duas realidades. Assim, as práticas e modelos de planejamento atuais exigem a compreensão dos processos sociais de construção e gestão desses espaços, para enfrentarem eficazmente questões como as desigualdades sociais e a degradação ambiental, que são resultantes de uma intrincada interação de aspectos rurais e urbanos. O artigo advoga que teóricos, reguladores e, principalmente, gestores ambientais, regionais e urbanos compreendam as AIP como espaços específicos, analisando as interações espaciais entre seus sistemas e compreendendo-as na perspectiva de que elas podem criar oportunidades de desenvolvimento local equilibrado, ambiental e socialmente.

## A Gestão Urbana e Regional e as Áreas de Interface Periurbana

### 1. Introdução

O presente artigo busca contribuir para a discussão sobre a Gestão Urbana e Regional no Brasil, hoje, chamando o foco da atenção para as inadequações das suas práticas e modelos mais comuns em relação às Áreas de Interface Periurbana (AIP), discutindo as conseqüentes implicações dessas inadequações para as diversas formas em que esse fenômeno se materializa em nosso país.

As raízes dessa dificuldade encontrada na prática da gestão urbana e regional em lidar adequadamente com as áreas onde ocorre a interface entre o mundo urbano e o mundo rural são antigas e profundas. Por isso, considerou-se adequado iniciar essa discussão abordando as questões conceituais e teóricas enfrentadas pelos estudos sobre as AIP.

O estudo das interfaces periurbanas nasceu no bojo das investigações sobre as chamadas relações rural-urbano, importante campo dentro dos estudos urbanos a partir da década de quarenta. Inicialmente, seu foco estava nos processos que configuravam espacialmente as franjas das grandes cidades norte-americanas e européias, pois essas franjas eram consideradas o local onde as categorias *rural* e *urbano* se encontravam. A Sociologia brasileira teve especial destaque nessa discussão, utilizando-se, inclusive, dos estudos de Gilberto Freire, que abordou o fenômeno dessas relações e usou o termo “rurbano”, largamente divulgado, para denominá-lo.

Diferentes concepções e teorias tentaram dar conta dessas relações e ligações entre o campo e a cidade no discurso do Planejamento e da Gestão Urbana e Regional, ao longo das últimas décadas. Essas discussões estavam centradas ora nos processos de expansão das cidades como pólos geradores de desenvolvimento, ora na importância da economia rural para o desenvolvimento regional. Porém, nunca superaram uma conceituação dicotômica entre os fenômenos rural e o urbano, e essa dicotomia terminou determinando uma divisão no bojo do Planejamento e da Gestão, que persiste até os nossos dias. Temos, de um lado, planejadores urbanos que consideram as cidades como entidades isoladas ou como o elemento central da integração regional e, portanto, pouco interessados nos processos rurais. Do outro lado, temos os planejadores rurais, que não vêem as cidades como parte relevante para o desenvolvimento rural e regional e mostram pouco ou nenhum interesse sobre os processos urbanos ou sobre formas de incluir as cidades nas estruturas de planejamento rural (DOUGLASS, 1998). Essa

divisão influenciou decisivamente as práticas do Planejamento e, principalmente, da Gestão Urbana ou Regional no mundo inteiro, e também aqui no Brasil.

Nas duas últimas décadas, porém, a noção de que o rural e o urbano constituiriam entidades claramente separadas do ponto de vista físico, econômico e sociocultural tem arrefecido paulatinamente. Por conseguinte, a idéia de que cada uma dessas realidades demandaria práticas de planejamento distintas tem dado espaço para a constatação de que há muitas, complexas e fluidas inter-relações entre essas duas realidades. Diversos processos problemáticos, como o aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental, são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos do problema, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro local.

Essas constatações apontam para a necessidade de que os estudos sobre Gestão Ambiental, Urbana Regional precisam envidar seus melhores esforços no sentido de obter a maior compreensão possível dessas interações, do lugar onde elas ocorrem, as chamadas áreas de interface periurbana, e de suas conseqüências para as pessoas e para o ambiente natural, se pretendem ter maior eficácia em suas práticas e intervenções. Para esse entendimento mais profundo deve-se enfrentar, entre outros desafios, a discussão teórica e conceitual sobre a interface periurbana.

## **2. Conceitos de Interface Periurbana**

Historicamente, a discussão teórica sobre a interface periurbana tem se situado no campo dos conceitos e modelos de desenvolvimento regional, especificamente na literatura sobre as relações e interações mais amplas entre o rural e o urbano, discussão que teve máxima repercussão nos anos 50. Porém, existe hoje, em todo o mundo, uma transição conceitual gerada a partir dos novos processos socioculturais e das novas paisagens e territorialidades resultantes de fenômenos recentes como a globalização e a crise ambiental.

Há, atualmente, um vigoroso interesse por essa interface, colocando sua discussão e seu estudo no foco de vários outros campos teóricos e profissionais, além dos estudos urbanos. As áreas de interface periurbana passaram a ser reexaminadas pelas ciências ambientais, por exemplo, por ser um dos lugares onde o lançamento de resíduos no meio ambiente e a depleção de recursos naturais se apresentam com mais gravidade. Também os estudos econômicos e socioculturais demonstram especial interesse nessas áreas, seja porque essas interfaces são vistas como oportunidades para o desenvolvimento, seja por sua estrutura cultural caracterizada por forte heterogeneidade, diversidade e dinâmica.

Infelizmente, a literatura recente diretamente relacionada com a interface periurbana está longe de ser substancial e ainda há poucas pesquisas específicas sobre o tema. Essa foi a constatação do *Department of International Development, (DFID)*, do Reino Unido, que desenvolveu em 1998 duas grandes revisões da literatura científica existente sobre as interfaces periurbanas, no bojo do *Peri-urban Interface Production System Programme* (Programa do Sistema de Produção da Interface Periurbana) (ADELL, 1999).

Esse renovado interesse pelas áreas de interface periurbana desafia percepções, conhecimentos e conceituações estabelecidos e levanta a questão da necessidade de se promoverem adaptações no conjunto de conceitos e ferramentas práticas da Gestão Urbana e Regional, para dar conta dos novos lugares e novas territorialidades que se apresentam. É nesse sentido que se coloca o presente artigo.

### **2.1 Conceitos Tradicionais**

Em se tratando do “fenômeno periurbano” propriamente dito, talvez a literatura francesa seja a que apresenta maior robustez e homogeneidade nos estudos iniciais, discutindo, na maior parte dos casos, as franjas do desenvolvimento urbano e metropolitano, principalmente em cidades africanas. Há também, nesse estágio inicial dos estudos, contribuições substanciais do universo latino americano e asiático (idem).

Já se encontram nessa literatura elementos centrais na atual concepção de áreas de interface periurbana, tais como a visão de que essas áreas se configuram a partir das interações entre intervenções estatais, ações e práticas oriundas da ausência ou fragilidade das políticas públicas de regulação ou provisão de serviços, e estratégias cotidianas dos habitantes em termos de sobrevivência econômica, apropriação e construção de espaços para moradia e outros usos.

Em recente estudo sobre a estrutura conceitual tradicional da interface periurbana, são destacados quatro temas centrais abordados pela literatura internacional (BROWDER et al., 1995):

- No contexto africano, a importância da agricultura periurbana e das relações com o rural (como alimento trazido do povoado rural pelo morador de áreas periurbanas, envio de dinheiro para as cidades de onde vieram, bens de consumo e informação). No contexto latino-americano não se percebem tão fortes ligações dos residentes periurbanos com as áreas rurais;
- A importância da economia informal nas áreas periurbanas, refletida na proliferação de produção de mercadorias para consumo local, pessoas com diversos subempregos,

autoconstrução das moradias, compra e aluguel informal de terra e casas, atividades clandestinas, etc.

- Conflitos sobre propriedade da terra, invasões, condomínios clandestinos, especuladores informais. Sistemas duais de mercado de terras (formais e informais) e arranjos variados de propriedade e uso de terras e edificações;
- Processos demográficos baseados nas invasões organizadas de terras, nos loteamentos especulativos de áreas rurais e agriculturáveis e na re-locação de moradores de favelas urbanas.

## 2.2 *Conceitos Recentes*

Já na literatura recente sobre áreas de interface periurbana, segundo estudo das Nottingham and Liverpool Universities (1998), a questão central é a dificuldade conceitual em se construir uma estrutura espacial sobre o que é essencialmente um local amorfo e móvel, onde se dá a interação de vários processos e interligações entre o rural e o urbano, de natureza social, econômica e cultural.

O DFID, através das pesquisas sobre Recursos Naturais Renováveis, define a interface periurbana como (Nottingham and Liverpool Universities, 1998: 8-9, apud ADELL, 1999):

*...caracterizada por fortes influências urbanas, fácil acesso a mercados, serviços e outros recursos, pronta oferta de trabalho, mas falta de terra e presença de riscos por poluição e crescimento urbano.*

Já o estudo das próprias Universidades de Nottingham e Liverpool trabalha com uma outra definição de áreas periurbanas (NOTTINGHAM AND LIVERPOOL UNIVERSITIES, 1998: 8-9, apud ADELL, 1999):

*...zonas ou áreas nas bordas das cidades, onde os processos de desenvolvimento urbano e rural se encontram, se misturam e interagem. Geralmente não é uma área definida, mas um território difuso identificado por combinações de traços e fenômenos, gerados principalmente por atividades dentro da zona urbana propriamente dita. O desenvolvimento de uma área periurbana é uma consequência inevitável da urbanização. Na medida em que as cidades de países em desenvolvimento continuam a crescer, as áreas periurbanas se movem em ondas para fora.*

Uma terceira e complementar definição pode ser encontrada em Rakodi, centrada na relação entre áreas urbanas e áreas rurais imediatas, como resultado de um processo ao longo do tempo (RAKODI, 1983:3 apud ADELL, 1999: 8):

*A interface periurbana é uma zona dinâmica, tanto espacialmente como estruturalmente. Espacialmente trata-se de uma zona de transição entre terras inteiramente urbanizadas em cidades e áreas com uso predominantemente agrícola. Caracteriza-se por usos mistos da terra e fronteiras internas e externas indeterminadas e é tipicamente dividida entre várias áreas administrativas. O solo que pode ser caracterizado como periurbano muda ao longo do tempo, na medida em que a cidade se expande. É também uma zona de rápidas mudanças na estrutura econômica e social, caracterizada por pressões sobre os recursos naturais, mudanças nas oportunidades no mercado de trabalho e nos padrões de uso da terra.*

Deve-se notar, a partir das definições apresentadas, que a idéia de mudança ou evolução das terras periurbanas no sentido para fora da cidade é destacada. De certa forma, persiste a idéia de que as áreas periurbanas são como áreas pré-urbanas, que com o tempo farão parte da cidade. Por trás dessa visão está uma concepção da cidade como lugar central e que cresce continuamente, e do campo como lugar estático.

Observa-se, portanto, que mesmo nas concepções e definições mais recentes, a visão das áreas de interface periurbana como o resultado de processos principalmente urbanos, mais do que rurais, ainda está muito presente no debate.

Essa visão é reforçada por estudos como o de Dick e Rimmer (DICK E RIMMER, 1998) sobre a globalização e seus efeitos sobre o espaço. Eles argumentam que existe uma tendência contemporânea de dispersão da cidade pós-fordista no sentido da periferia, alimentada por processos associados à globalização. Para eles, a paisagem que se apresenta hoje nas grandes cidades do sudeste asiático, por exemplo, não difere muito do que se verifica nos países de primeiro mundo.

Isto significa que, a partir da globalização, fenômenos e processos tipicamente associados a países industrializados passam a se apresentar nas periferias de cidades do terceiro mundo, de economias dependentes. Esse fato, na opinião dos autores, põe em cheque diversas teorizações sobre o fenômeno urbano nos países de economia periférica. Embora admitindo que existem especificidades no caso das cidades desses países, destacam que o mais relevante

é que as similitudes têm maior peso e que, por conseqüência, para compreender a realidade atual dessas cidades do terceiro mundo, entender esses processos mais amplos, discutidos na literatura urbana *mainstream*, seria mais relevante do que desenvolver “estudos locais” para dar conta das especificidades. Para esses autores, portanto, os processos associados à globalização reforçam a tendência de dispersão dos processos urbanos sobre áreas não urbanas.

Porém, tal concepção centrada na cidade como pólo de desenvolvimento, e no seu avanço sobre áreas rurais como elemento mais importante na configuração espacial das periferias, está sendo cada vez mais criticada, e substituída por uma percepção das áreas periurbanas como o espaço onde processos urbanos e rurais de natureza ecológica, socioeconômica e cultural interagem e configuram um território. Dando ênfase equilibrada aos dois tipos de processo na busca pelo desenvolvimento urbano, regional e, muitas vezes, nacional.

Nessa direção, destacam-se os trabalhos que dão maior ênfase a questões sociais e ecológicas, como é o caso de Atkinson (ATKINSON, 1992). Estudando as pegadas ecológicas das cidades, o autor advoga que as cidades do Terceiro Mundo devem se “desligar” das economias centrais e dar maior ênfase às relações com seu entorno. Para ele, é fundamental que o rural e o urbano sejam considerados e tratados conjuntamente, numa visão chamada de “paradigma da bio-região urbana”. Assim, para o Planejamento Urbano e Regional fundado na sustentabilidade é fundamental que se entendam as relações da cidade com o meio imediato que a cerca, com o objetivo de buscar maior integração e interações regionais, condições que trariam maior sustentabilidade ambiental.

### **1.3 Definições Operacionais**

Como visto, historicamente são variadas as percepções sobre as áreas de interface periurbana, sempre influenciadas por muitos fatores e impregnadas de posicionamentos teóricos e ideológicos. É grande o desafio de defini-las, resultando numa certa fluidez conceitual, inclusive nos nossos dias.

Ao invés de proceder a uma busca frenética por uma definição que abrace todos os casos e os explique satisfatoriamente, parece ser mais útil e pragmático para a Gestão Urbana e Regional usar definições existentes na literatura e que mais se aproximam da realidade que se busca tratar. Para isso, adotam-se na maioria dos estudos recentes as chamadas definições operacionais, cujo caráter é provisório e transicional e que podem ser úteis em alguns casos e noutros não.

A partir de alguns posicionamentos encontrados na literatura, procura-se neste trabalho alinhar um conjunto de características dessas áreas que estão presentes com maior nitidez e frequência nessas definições operacionais e que permitem mais a construção de uma “imagem” das áreas de interface periurbana do que uma definição precisa e explicativa desses espaços.

Observa-se que atualmente existe certa ênfase nos aspectos ambientais dessas interfaces, na maior parte dessas definições, mas de forma geral, a interface periurbana (IPU) é definida simplesmente como o encontro de atividades urbanas e rurais. Em termos ambientais, compreende-se que esse encontro se materializa no sistema ecológico, ou seja, trata-se da interface onde se dá a interação de sistemas urbanos, rurais e ecológicos.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que:

*As áreas de interface periurbana são aquelas que estão em torno das cidades, a uma distância do centro urbano que permita o deslocamento diário de pessoas e que se caracterizam por serem o lugar de uma série de trocas, interações e fluxos entre o ambiente urbano e o rural.*

### **3. Formação das áreas de interface periurbana**

As áreas de interface periurbana são formadas e conformadas através de relações, fluxos entre o rural e o urbano, que envolvem basicamente pessoas, mercadorias, capital, renda, recursos naturais, serviços ambientais e resíduos. As mudanças que ali ocorrem são geradas por condições locais, regionais, nacionais e internacionais que influenciam esses fluxos.

A configuração espacial dessas áreas é influenciada por condições locais, como a competição entre a expansão urbana e agricultura pelo solo, ou ainda a pressão crescente da atividade extrativista decorrente da demanda urbana por material de construção. Também condições regionais ou nacionais, tais como a industrialização ou o turismo, geram mudanças nas áreas periurbanas. Até condições internacionais, como a queda de preço de culturas para exportação, contribuem para a sua formação, na medida em que geram a migração de populações de áreas rurais para urbanas, na busca por novas formas de sobrevivência.

As AIP apresentam uma série de características, dentre as quais se destacam:

- *Composição social heterogênea.* As áreas de interface periurbana constituem o *habitat* de uma diversidade de populações, desenvolvendo diferentes atividades

e usos, embora nos países de terceiro mundo seja predominante a presença de grupos de baixa renda;

- *Grande crescimento demográfico.* Constata-se que ocorre nas AIP um crescimento populacional a taxas mais elevadas do que em outras áreas, provavelmente pelo deslocamento de pessoas das áreas urbanas ou das áreas rurais.
- *Usos heterogêneos.* Percebe-se nessas áreas, a partir dos vários estudos citados anteriormente, uma diversificação maior de atividades do que nas áreas predominantemente urbanas ou rurais.
- *Grande dinâmica de transformações físicas.* Essas transformações físicas se dão em maior volume e com velocidade nunca vista anteriormente. São fruto, justamente, do crescimento demográfico elevado, da diversidade de atividades e do fato de que essas áreas são tipicamente parte de várias jurisdições diferentes, causando simultaneamente, certa ausência de regulação e vazio institucional.
- *A superexploração de estruturas ambientais estratégicas.* As populações localizadas nas AIP se utilizam dos recursos naturais para sua sobrevivência, em diferentes medidas, seja na forma de água, combustível, terra para plantar ou morar, etc. (BROOK E DÁVILA, 2000). No Brasil, em particularmente, e em vários outros países, esses recursos incluem os mananciais hídricos e as áreas remanescentes de florestas, estabelecendo uma relação insustentável entre homem e meio ambiente;
- *Conflitos sócio-ambientais.* As populações que habitam as AIP são particularmente vulneráveis aos impactos e externalidades negativas dos sistemas rurais e urbanos. Incluídos aí riscos à saúde e à vida, na maioria dos casos, decorrentes da ocupação de áreas inadequadas, falta de condições de saneamento básico e péssimas condições das habitações.
- *Pressão sobre o solo.* O solo é um dos recursos naturais mais expoliados nas AIP, com pressões advindas de diversos grupos econômicos, uma vez que é a falta de acesso a terra no campo e nas áreas mais centrais das cidades que levam à maioria dos deslocamentos para essa região.
- *Dinâmica de expansão espacial horizontal.* É hoje largamente discutido o fenômeno da expansão periférica de alta renda, que ocupa essas áreas através de condomínios habitacionais de luxo. Relativamente recente em cidades

brasileiras, esse tipo de ocupação se expande com velocidade nas periferias metropolitanas, com conseqüências ainda pouco estudadas em termos de circulação urbana e suburbana, fragmentação espacial e possível declínio da cidadania, como parece ocorrer em cidades européias. Mas áreas de interface periurbana também são ocupadas pela expansão industrial e por grandes equipamentos de infra-estrutura urbana, como aeroportos, complexos logísticos, lixões ou aterros sanitários, cemitérios, estações de tratamento de águas e esgotos, cemitérios, complexos rodoviários e ferroviários, etc.

- *Falta de regulação.* Também se constatou na grande maioria dos estudos citados que uma das características mais marcantes das AIP é a falta de regulação adequada dos usos e atividades que nelas ocorrem. Justamente por serem os usos e atividades desenvolvidas nessas áreas mais heterogêneas e com mudanças mais rápidas do que nos outros lugares. Outro motivo é o fato de que as AIP não são consideradas relevantes nem para o planejamento urbano nem para o planejamento rural, devido aos posicionamentos e percepções teóricas que embasam essas práticas, discutidas no item anterior. Decorre daí o chamado vazio institucional, de forma que mesmo quando há algum nível de regulação, a sua aplicação não é devidamente fiscalizada e fortalecida.

#### **4. Considerações Finais**

Os estudos sobre as interfaces periurbanas são determinados, entre outras coisas, pelas percepções e concepções sobre as relações entre o “mundo urbano” e o “mundo rural” que os fundamentam. Portanto, compreender os processos formadores das áreas de interface periurbana é fundamental para os estudos urbanos que objetivam a sustentabilidade ambiental, considerando que a superação da pobreza (acesso ao capital natural) e a conservação dos recursos naturais são seus aspectos centrais. Mas essa interface não pode ser compreendida a partir de uma descrição apenas ecológica, como tem sido a prática.

Apesar do discurso da Gestão Urbana e Regional no Brasil diagnosticar sistematicamente o crescimento absolutamente desordenado das AIP, ela não tem sido capaz de construir uma abordagem prática adequada para essas áreas. A grande maioria dos planejadores e gestores ambientais e urbanos do país não conhece suficientemente a importância estratégica das interfaces periurbanas para as cidades, nem suas características específicas. Observe-se que a mais genuína resposta brasileira aos problemas urbanos nas últimas décadas, a lei denominada

Estatuto da Cidade, não traz uma definição clara ou orientação para a regulação ou intervenção nas AIP das cidades brasileiras.

Na prática, a Gestão Urbana convencional quase sempre as considera apenas como áreas livres, ou de expansão urbana, ou seja, em termos de sua utilidade para o urbano, sem uma clara compreensão de seu significado.

Por outro lado, no âmbito da formação universitária em Arquitetura, Urbanismo ou Planejamento e Gestão Urbana e Regional, ou mesmo na Gestão Ambiental - seja no nível da graduação ou da pós-graduação – é pequena a ênfase dada à compreensão dessa interface. Existe no âmbito da pesquisa científica uma lacuna de trabalhos enfocando a problemática dessa interface, notadamente com o nível adequado de interdisciplinaridade na sua abordagem metodológica, que resulte numa maior relação entre a gestão urbana e regional e a ética ambiental e ecológica.

Argumenta-se aqui, portanto, que a gestão urbana e regional deve ser capaz de enxergar as novas configurações espaciais e as novas territorialidades trazidas pelas transformações recentes no nível mundial, reconhecendo nesse contexto a importância das áreas de interface periurbana.

A efetividade de sua gestão, por sua vez, deve se iniciar pela construção de uma abordagem interdisciplinar e baseada numa perspectiva ambiental, aprofundando o conhecimento sobre a problemática econômica e sócio-cultural de suas populações, a centralidade da questão do acesso a terra e os processos de formação desses espaços, principalmente dos fluxos e trocas que ali ocorrem.

Na verdade, embasar uma gestão eficiente e eficaz dessas áreas implica o conhecimento da interação de três subsistemas:

- O socioeconômico – indivíduos e seus diferentes níveis de organização e múltiplas formas de inter-relação;
- O territorial – transformações físicas das estruturas ambientais em graus variados;
- O artificial – estruturas ambientais construídas, tais como infra-estruturas urbanas, habitações e estradas.

A partir desse conhecimento podem ser planejadas estratégias que beneficiem as populações mais vulneráveis aos impactos das transformações que acontecem nessas áreas, numa perspectiva de que a interação rural-urbano traz não apenas riscos, mas também oportunidades para esses grupos. Por exemplo, como consequência do encontro entre a cidade e o campo os pobres do meio rural podem usufruir de serviços e empregos urbanos, enquanto os pobres urbanos podem conseguir habitações de melhor qualidade e menor custo.

Outro desafio para a Gestão Urbana e Regional são as enormes dificuldades de se prover as AIP de suporte e cobertura institucionais adequados, sendo gritantes a falta de regulação e os conflitos de usos que ali ocorrem. A prática institucional que nelas ocorre é eivada de superposições e fragmentação de ações que resultam em altos custos sociais, dada a ineficiência das ações implementadas. Inexiste uma visão integrada, já que as instituições têm foco de natureza urbana ou rural e mesmo os órgãos metropolitanos têm dificuldades em fazer a ponte entre os interesses e necessidades de atores dos sistemas urbanos e rurais. Regulamentos, políticas e instrumentos de planejamento são normalmente desenvolvidos e operados para lidar ou com áreas rurais ou com áreas urbanas, não com a interação entre elas. Como decorrência, as AIP são freqüentemente ignoradas pelos instrumentos regulatórios, sejam eles urbanos ou rurais.

Sugere-se no presente artigo que teóricos, reguladores e, principalmente, gestores ambientais, regionais e urbanos devem compreender as AIP como espaços específicos, onde há fluxos de populações, produção rural, bens de consumo duráveis e não duráveis, capitais, rendas, informação e resíduos. Devem analisar as interações de natureza espacial e setorial entre esses sistemas, compreendendo-as na perspectiva de que elas podem criar oportunidades de desenvolvimento local equilibrado ambientalmente, mas também podem levar a uma acelerada perda de recursos naturais, principalmente águas e florestas estratégicas para as atividades urbanas e rurais.

Muitas são as questões que restam responder, desde aquelas relativas ao estabelecimento de critérios para definir áreas físicas de interface periurbana, considerando o seu caráter móvel e nômade no tempo, passando por aquelas sobre a forma como os fluxos e as trocas se materializam em cada caso específico, até a definição da escala de espaço e tempo que devem ser trabalhadas nos estudos relativos à interface periurbana.

Finalmente, advoga-se que o aproveitamento efetivo e racional desses fluxos campo-cidade exige a compreensão dos processos sociais de construção e gestão do espaço onde eles se encontram. Isso pressupõe um olhar que para além dos elementos naturais e suas dinâmicas enxergue o acúmulo de experiências e conhecimentos construídos pelas populações locais, enfocando parâmetros de diversidade político-cultural e de justiça sócio-ambiental.

## Referências Bibliográficas

- ADELL, G. Theories and Models of the Peri-urban Interface: A Changing Conceptual Landscape, Draft 1999.
- ATKINSON, A. “The Urban Bio-region as ‘Sustainable Development’ Paradigm”. *Third World Planning Review*, Vol. 18, No 4, 1992.
- BROOK, R. e J. DÁVILA (ed.), *The Peri-urban Interface: A Tale of Two Cities*, School of Agricultural and Forest Sciences, University of Wales and Development Planning Unit, University College London, 2000.
- BROWDER J., J.R. BOHLAND e J.L. SCARPADI, “Patterns of Development on the Metropolitan Fringe – Urban Fringe Expansion in Bangkok, Jakarta and Santiago”. *Journal of the American Planning Association*, Vol. 61, No 3, 1995.
- DICK, H.W. e P.J. RIMMER, “Beyond the Third World City: The New Urban Geography, of South-east Asia”. *Urban Studies*, Vol. 35, No 12, 1998.
- DOUGLASS, M. “A Regional Network Strategy for Reciprocal Rural-urban Linkages: An Agenda for Political Research with Reference to Indonesia”. *Third World Planning Review*, London, Vol. 20, No 1, 1998.
- FURTADO, M. de F. “Áreas de Interface Periurbana: Uma Nova Territorialidade?”. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, 2005.